



Relatório de Atividades e Contas

Ano 2024



INDICE

	Pág.
Nota introdutória	1
Apresentação da Instituição	2
Atividades Desenvolvidas	3
Contas do Exercício do Ano	6
Nota Conclusiva	11
Anexos	12



1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Sóbustos com sede social na União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa, concelho de Oliveira do Bairro, tem a sua atividade principal nas atividades de apoio social a pessoas idosas.

A Direção da Sóbustos, submete à apreciação de todos os associados e dando cumprimento ao disposto no nº 1 do Artigo 35º da alínea b) secção II do capítulo III dos Estatutos, o relatório de atividades e contas do ano de 2024, assim como o parecer do conselho fiscal.

É com satisfação que apresentamos o relatório de contas do ano 2024, ano durante o qual continuamos a perseguir a nossa missão de proporcionar apoio e assistência ao mais vulneráveis, os nossos idosos.

Nos resultados apresentados, demonstramos transparência e responsabilidade na gestão, sempre mantendo a qualidade dos serviços prestados. Mantivemos um foco constante na sustentabilidade, o que nos permitiu alcançar resultados líquidos positivos no valor de 161.355,23 euros.

Não podemos deixar de destacar o esforço diário de todos os que contribuem para o sucesso desta instituição. A nossa prioridade é garantir a satisfação de todos os que usufruem dos nossos serviços, e estamos empenhados em dar o nosso melhor todos os dias para alcançar essa meta. Estamos todos unidos em prol de uma causa única: **Sóbustos**.



2. APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Designação da Instituição: Sóbustos – Associação de Melhoramentos, Arte, Desporto, Cultura, Recreio e de Solidariedade Social da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa.

Endereço: Rua Manuel Vieira, S/N. Sobreiro. 3770-017 Bustos

Telefone: 234 754 176

Email: geral@sobustos.pt

CONSTITUIÇÃO DOS ORGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente: Manuel Nunes Simões dos santos

1^a Secretária: Beatriz dos Santos Costa

2^o Secretário: Álvaro Ferreira da Cruz

Direção

Presidente: Áurea Martins Simões

Vice-Presidente: Óscar Aires dos Santos

Tesoureiro: Noé Vilar dos Santos

Secretária: Sérgio Simões Pato

Vogal: Dilva Ferreira Tavares das Neves Barata

Conselho Fiscal

Presidente: José Eduardo André Gonçalves dos Santos

1^o Secretária: Marisa da Cunha Ferreira

2^o Secretário: Virgílio Ferreira

3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

“O valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso, existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis.”

Fernando Pessoa

A escolha do tema desenvolvido no Plano de Atividades e Desenvolvimento Pessoal no ano de 2024, teve por base trabalhar a autonomia dos idosos, apostando em iniciativas que fomentassem um envelhecimento ativo, dando relevância ao autocuidado. Este plano de intervenção teve como principal objetivo promover a autoestima e a autoconfiança do idoso pelo autocuidado.

Aquando da realização da proposta, foram previstas mais atividades em diferentes domínios, contando com a intervenção duas gerontólogas e uma animadora. Com a ausência da animadora, a periodicidade das atividades sofreu alterações, assim como algumas atividades não foram realizadas – Oficina “A nossa horta”, Atelier “hora do Chá”, Jardim sensorial e Jogos AGILidades.

De forma específica, no que se refere ao domínio lúdico-recreativo, o atelier “Oficina criativa” foi realizado sempre que se afigurou necessário, tendo em consideração algum momento comemorativo ou data festiva. O atelier “Saberes e sabores” foi apenas desenvolvido em dois momentos – Dia da Mulher e Dia Mundial do Pão. Em relação ao domínio social e cultural, ao longo do ano, foram realizadas várias saídas ao exterior, participações em atividades interinstitucionais e foram celebrados diferentes dias comemorativos (aniversários, datas festivas).

No que respeita ao domínio cognitivo e sensorial, foram realizadas sessões de estimulação cognitiva semanalmente, assim como os jogos do Hélder e as sessões de musicoterapia. O atelier “Aproximação à informática” foi realizado com uma periodicidade semanal. Quanto às sessões de terapia Snoezelen e Cinoterapia foram realizadas até ao mês de julho, em parceria com Comissão de Desenvolvimento Pessoal e de Desenvolvimento de Santa Catarina de Vagos. As dinâmicas de grupo (animação formativa e intelectual) foram realizadas menos vezes que o previsto, tendo sido realizadas na maioria dos meses uma vez por semana. Relativamente à animação física, foram realizados treinos de motricidade,



as aulas de ginástica e hidroginástica com uma periodicidade semanal. Por último, do quotidiano, foram realizados os treinos de AVD's duas vezes por semana.

Ao longo do ano, as diferentes atividades comemorativas previstas, que envolviam diretamente os utentes, foram realizadas, com exceção do Dia Mundial do Riso (em janeiro) e o Arraial de Santos Populares (em junho).

Detalhadamente, em janeiro, visitamos a romaria de Santo Amaro e assinalamos o dia mundial da escrita à mão, com recurso a mensagens de reforço da autoconfiança e da autoestima. Em Janeiro, também foram realizados os ateliers de informática, as dinâmicas de grupo e os treinos de boccia. Não descuramos as sessões de estimulação cognitiva em grupo, assim como os treinos individuais de maneira a trabalhar as capacidades cognitivas dos utentes. Houve necessidade de realizar o atelier “oficina criativa”, com o intuito de construir um quadro de orientação temporal.

Fevereiro, foi mês de diversão com a comemoração do Carnaval. Participamos na atividade interinstitucional organizada pela Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, com o tema das profissões (Marinheiro). No que respeita ao S. Valentim, assinalamos a data com a recolha de testemunhos dos utentes sobre o que é o amor e o resultado foi um vídeo comovente. Visitamos ainda o Lugar dos Afetos (parque temático) em que tivemos oportunidade de conhecer um espaço diferente e trabalhar as relações interpessoais. Neste mês, não faltaram também as sessões de estimulação cognitiva e os treinos individuais, os atelier de informática, nem os jogos (jogos do Hélder e Boccia).

Março é dedicado ao dia da Muher, ao Dia Mundial do teatro e à Páscoa. Assinalamos o dia da mulher motivando as senhoras para o autocuidado, aumentando o nível de autoconfiança e autoestima. Foi um dia diferente, com direito a cabeleireiro, maquilhagem e manicure.

Como já é hábito a cada ano, celebramos a Páscoa. Assim, na sexta feira Santa relembramos o tradições e hábitos, fazendo um ramo de Páscoa e no dia de Páscoa recebemos a visita Pascal. Não faltaram as atividades habituais e ainda o atelier “Saberes e Sabores” e oficinas criativas para elaborar a lembrança do Dia da Mulher e da Páscoa.

O dia mundial do teatro foi já assinalado no mês de abril, devido à disponibilidade da companhia de teatro. Assistimos à peça “Foi mais ou menos assim” da companhia de teatro

"Um do outro". Ainda em abril, visitamos a feira de março, relembramos o 25 de abril com um vídeo de memórias recolhidas dos utentes e assinalamos o dia da atividade física, com uma tarde de ginástica e caminhada ao ar livre. Foram realizadas também as atividades habituais.

Em maio, para além das atividades semanais comuns, foram inseridos os treinos de motricidade e realizamos a nossa visita anual ao Santuário de Fátima.

Junho, mês dos Santos Populares, dedicamos vários momentos a oficinas criativas para preparação do arraial e a ensaios para as marchas populares. Como já referido anteriormente, a atividade não foi realizada, devido às condições meteorológicas.

O mês de julho e agosto foi dedicado às atividades habituais – jogos, treino de motricidade, estimulação cognitiva e treino individual, assim como dinâmicas de grupo. Assinalamos o dia dos Avós e realizamos uma atividade interinstitucional – Olimpíadas do Cérebro, onde se juntaram a nós outras instituições do concelho para a realização de jogos cognitivos em grupo. Fomos à Romaria de S. Lourenço, assistir à Eucaristia e à procissão e assinalamos o dia Mundial da Fotografia com uma sessão fotográfica. Nestes meses, assim como em setembro, foram realizadas várias saídas ao exterior.

Setembro e outubro foram dedicados às atividades habituais acrescentando a desfolhada – atividade realizada com a ABC Bustos, e o dia do Idoso com a realização de um lanche-convívio e uma tarde na danceteria nas Belas Artes. Ainda neste mês de outubro, fomos ao Museu Militar do Buçaco e assinalamos o dia da Alimentação e do Pão.

Os dois últimos meses do ano foram dedicados ao Natal para além das atividades mais comuns. No início de novembro, organizamos o S. Martinho com uma atividade interinstitucional e no final do mês destacaram-se os ateliers em família, para a preparação das decorações de Natal. Dezembro destaca-se pela realização da Festa de Natal anual com utentes, famílias e funcionário/as.



4 . CONTAS DO EXERCICIO DO ANO

Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2024 os resultados espelham uma continuidade da atividade desenvolvida pela Instituição.

Os rendimentos ascenderam a 1 198 487,69€, representando um aumento de cerca de 50%.

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2024	2023
Vendas e serviços prestados	1 102 510,45	693 051,99
ISS, IP - Centros Distritais	310 416,02	0,00
Outras Prestações de Serviços	792 094,43	693 051,99
Subsídios, doações e legados à exploração	4 714,77	326 081,35
Subsídios de Entidades Públicas	4 714,77	261 602,06
ISS, IP - Centros Distritais	0,00	257 255,06
ISS, IP - Apoios excepcionais e extraordinários	0,00	0,00
Outras entidades públicas	4 714,77	4 347,00
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Donações heranças e legados	0,00	64 479,29
Variação nos inventários da produção	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-121 887,61	-137 250,47
Fornecimentos e serviços externos	-199 505,38	-156 123,88
Gastos com o pessoal	-652 023,73	-588 068,95
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)	0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	0,00
Outros rendimentos	91 262,47	16 261,10
Correcções relativas a anos anteriores	0,00	4 504,16
Correcções positivas de comparticipações do ISS, IP	0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores	0,00	4 504,16
Imputação de subsídios ao investimento	3 524,57	6 561,21
Outros rendimentos	87 737,90	5 195,73
Outros gastos	-6 283,79	-13 924,96
Correcções relativas a anos anteriores	-5 069,89	-11 747,70
Correcções negativas de comparticipações do ISS, IP	0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores	-5 069,89	-11 747,70
Outros gastos	-1 213,90	-2 177,26

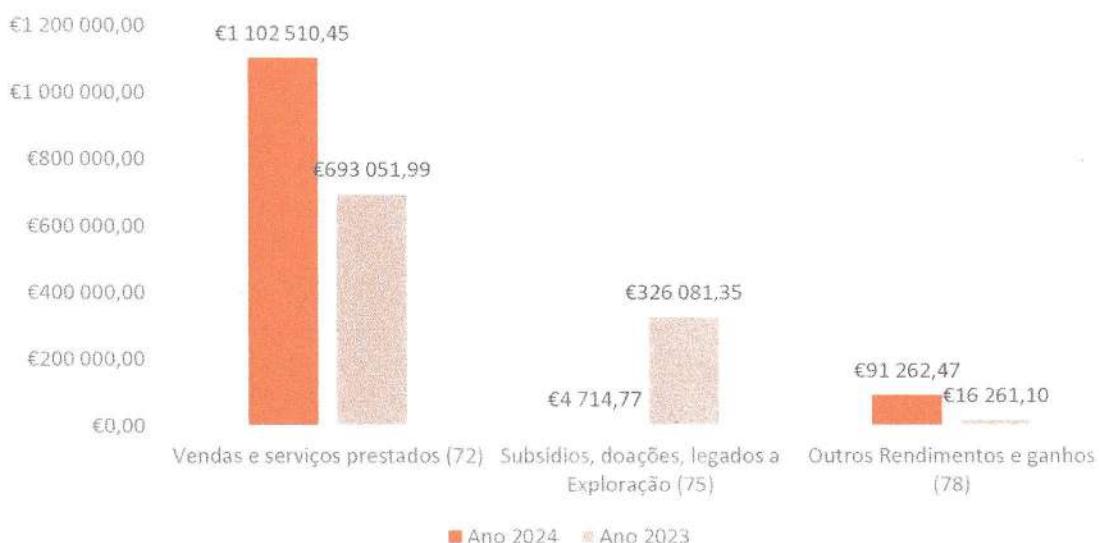
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	218 787,18	140 026,18
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-57 431,95	-58 693,74
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	161 355,23	81 332,44
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	0,00	0,00
Resultados antes de impostos		
Estado e Outros Entes Públicos - IRC		
Resultado líquido do período	161 355,23	81 332,44
	872.16	329.19
	160 483,07	81 003,25

Análise da Demonstração de resultados:

Rendimentos

	Ano 2024	Ano 2023
Vendas e serviços prestados (72)	1.102.510,45€	693.051,99€
Subsídios, doações, legados a Exploração (75)	4714,77€	326.081,35€
Outros Rendimentos e ganhos (78)	91262,47€	16261,10€
Total dos Rendimentos	1 198 487,69€	1 035 394,44€

Rendimentos



■ Ano 2024 ■ Ano 2023



A venda e serviços prestados compreende as mensalidades dos utentes no valor de 792.094,43€, pagas pela utilização dos serviços prestados pela instituição, assim como, a comparticipação do Instituto da Segurança Social que no ano de 2024 passou para a conta 72 – prestação de serviço enão umk subsídio à exploração conta 75, que corresponde ao valor de 310.416,02€.

Os outros rendimentos, são compostos por Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos no valor de 4714,77 €, e por Outros Rendimentos e Ganhos no montante de 91.262,47€, nesta rúbrica passaram a constar os donativos e a imputação de subsídio ao investimento no valor de 3.524,57€.

Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade.

Gastos

	Ano 2024	Ano 2023
Custos com mercadorias	121.887.61€	137.250.47€
Fornecimentos e serviços externos	199.505.38€	156.123.88€
Custos com pessoal	652.023.73€	588.068.95€
Outros gastos e perdas	6.283.79€	13.924.96€
Total dos Gastos	1 037 132.46€	895 368.26€



Relativamente à análise gastos é, de realçar o excelente resultado obtido na rubrica Custos com mercadorias, onde estão englobadas as despesas associadas à aquisição de material de incontinência, medicamentos e artigos de saúde, e sobretudo mercadorias/ géneros alimentícios, sendo evidente um resultado extremamente positivo, com um decréscimo de custos que ronda os 15 000,00€.

Relativamente a Fornecimentos e serviços externos existiu um aumento de cerca de 43 000,00€, o que é possível explicar tendo em conta os aumentos sobejamente conhecimentos na área do mercado da eletricidade, combustíveis fósseis, gás, etc. Este valor pende-se com a existência de vários prestadores de serviços no âmbito dos cuidados diretos prestados aos utente e parcerias também elas com o mesmo objetivo. Para além dos custos nesta conta existem os custos de manutenção e reparação que representam ainda um valor considerável, situação sobre a qual a direção tomou a decisão de efetuar um controlo mais constante tentando mitigar os efeitos destes gastos.

Quanto aos gastos relativos aos recursos humanos, existe também um aumento, fruto sobretudo do aumento da Remuneração Mínima Mensal garantida, mas também fruto de uma política de reconhecimento do trabalho prestado por algumas das suas trabalhadoras, procedendo à retribuição mensal acima do valor estabelecido legalmente. É apanágio da Direção contribuir para uma equipa

capacitada, motivada e que permanece na Instituição de forma a garantir serviços contínuos de qualidade. Desta rubrica fazem também parte os pagamentos de compensação por denúncia de contratos de trabalho.

Síntese:

	Gastos		Rendimentos
31	0,00		
61	121 887,61	71	0,00
62	199 505,38	72	1 102 510,45
63	652 023,73	73	0,00
64	57 431,95	74	0,00
65	0,00	75	4 714,77
66	0,00	76	0,00
67	0,00	77	0,00
68	6 283,79	78	91 262,47
69	0,00	79	0,00
	1 037 132,46		1 198 487,69
Resultado Líquido:		161.355,23	



5. NOTA CONCLUSIVA

A direção da Sóbustos tem se pautado ao longo do período do seu mandato por uma crescente preocupação pela gestão transparente e rigorosa, encetando todos os esforços para garantir a solvabilidade financeira da Instituição, para que desta forma consiga fazer face a todas as exigências que lhe são colocadas diariamente. Existiu e existe a preocupação de não depender de terceiros para dar prossecução aos objetivos propostos e às exigências constantes por parte do Instituto da Segurança Social, nomeadamente, requalificação dos edificados, assim como, de outros objetivos como a obtenção da maior eficiência energética dos dois edifícios da Sóbustos, o aumento da frota automóvel e a aquisição de terrenos limítrofes para dar resposta à necessidade da comunidade que nos procura diariamente. Não descurando a capacitação dos seus trabalhadores e o reforço de pessoal técnico que visa auxiliar o já existente, na resposta cada vez mais qualificada dos serviços que presta.

A direção mostrou também maior atenção aquilo que é a política de transparência desejada pelo governo português e, como tal, iniciou um caminho de elaboração e execução de contratos públicos, que demonstram a clareza e transparência dos procedimentos levados a cabo pela Sóbustos.

A par do supramencionado foi garantindo a elaboração de candidaturas, tal como, a candidatura ao Programa mobilidade Verde, no entanto, esta foi indeferida por não serem atingidos os rácios exigidos segundo Aviuso de Abertura.

Foi e é, com base nestas premissas, nestes objetivos e na execução destas metas que se desenvolveram as várias atividades ao longo do ano agora findo.

A DIREÇÃO

Aprovado em Reunião de Direção de 25 de março de 2025

Presidente

Aurea Martins Simões

Áurea Martins Simões

Vice-Presidente

Óscar Aires dos Santos

Óscar Aires dos Santos

Tesoureiro

Noé Vilar dos Santos

Noé Vilar dos Santos

Secretária

Sérgio Simões Pato

Sérgio Simões Pato

Vogal

Dilva Ferreira Tavares das Neves Barata

Dilva Ferreira Tavares das Neves Barata

ANEXOS

SOBUSTOS - ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS DE BUSTOS
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Contribuinte: 501725938

Pág.: 1

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados		1 102.510,45	692.051,99
ISS, IP - Centros Distritais		310.416,02	0,00
Outras Prestações de Serviços		792.094,43	692.051,99
Subsídios, doações e legados à exploração		4.714,77	326.081,35
Subsídios de Unidades Públicas		4.714,77	261.602,06
ISS, IP - Centros Distritais		0,00	257.255,06
ISS, IP - Apoios excepcionais e extraordinários		0,00	0,00
Outras entidades públicas		4.714,77	4.347,00
Subsídios de outras entidades		0,00	0,00
Doações heranças e legados		0,00	64.479,29
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		121.887,61	137.250,47
Fornecimentos e serviços externos		199.505,38	156.123,88
Gastos com o pessoal		652.023,73	588.068,95
Ajustamentos de inventários (perdas reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		91.262,47	16.261,10
Correções relativas a anos anteriores		0,00	4.504,16
Correções positivas de comparticipações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	4.504,16
Imputação de subsídios ao investimento		3.524,57	6.561,21
Outros rendimentos		87.737,90	5.195,73
Outros gastos		6.283,79	13.924,96
Correções relativas a anos anteriores		5.069,89	11.747,70
Correções negativas de comparticipações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		5.069,89	11.747,70
Outros gastos		1.213,90	2.177,26
		218.787,18	140.026,18
Gastos reversões de depreciação e de amortização		57.431,95	58.693,74
		161.355,23	81.332,44
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00

OBUSTOS - ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS DE BUSTOS
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Contribuinte: 501725938

Pág.: 2

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Iuros e gastos similares supertados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		161.355,23	81.332,44
Estado e Outros Entes Públicos - IRC		872,16	329,19
Resultado líquido do período		160.483,07	81.003,25

Paulo Henrique Oliveira (32324)

Aureo Martins Simões

Heanfelly

Sérgio Lemos Pato
 M. Vale d'Alc

D. Jardim

SOBUSTOS - ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS DE BUSTOS
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Contribuinte: 501725938
 Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2024	31 DEZ 2023
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		734 612,11	784 655,8
Bens de património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		6 730,41	6 730,41
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associações/membros		0,00	0,00
Créditos/Creditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		741 312,52	791 385,22
Activo corrente			
Inventários		671,20	279,57
Créditos a receber		177 953,58	121 212,29
Estado e outros entes públicos		2 307,37	1 425,00
Fundadores/beneméritos/patrócinadores/doadores/associações/membros		0,00	0,00
Depósitos		380,40	3 243,85
Outros ativos correntes		9 869,87	5 327,17
Caixa e depósitos bancários		817 125,44	446 715,10
		817 595,81	578 126,88
		842 938,35	1 399 512,00
Total do ativo			
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		283 650,42	350 654,92
Excedentes financeiros		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		768 373,14	682 349,88
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos - Outras variações nos fundos patrimoniais		48 112,13	307 392,00
		1 224 146,55	1 235 651,70
Resultado líquido do período		1 260 285,67	81 037,28
Total dos fundos patrimoniais		1 224 623,45	1 237 684,93
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		27 186,72	31 128,27
Estado e outros entes públicos		57 741,23	21 536,37
Fundadores/beneméritos/patrócinadores/doadores/associações/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
CRSS		0,00	7 286,40
Outros passivos correntes		110 386,10	48 908,63
		168 314,88	171 847,68
		168 314,88	171 847,68
Total do passivo		1 542 428,83	1 399 512,00
Total dos fundos patrimoniais e do passivo			

A Direcção

José Maestre Sá

Dezanfeita

Sérgio Soares RATO

W. Vilela P.

PBM + Informática Sistech SA

Processado por: W. Vilela P.

O responsável

Rosi Ferreira Gonçalves (33324)

D. Rosi Ferreira Gonçalves

SOBUSTOS - ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS DE BUSTOS

Balancete de Razão

Reg. Exercício / 2024

Data: 23-03-2025

(Valores em Euros)

Página: 1 de 1

Conta	Descrição	Acumulado			
		Débito	Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
11	Caixa	189 887,21	181 690,43	7 195,78	0,00
12	Depositos à prazo	1 415 555,35	944 149,19	471 226,15	0,00
13	Otros depósitos bancários	131 721,45	0,00	131 721,45	0,00
14	Otros instrumentos financeiros	5,78	0,00	5,78	0,00
21	Clientes e fornecedores	944 898,74	816 945,17	127 953,58	0,00
22	Fornecedores	376 527,75	306 764,48	70 763,27	0,00
23	Pessoal	431 922,87	377 432,98	54 489,89	0,00
24	Estado e outros entes públicos	206 728,98	241 061,68	0,00	24 271,70
25	Otros contas a receber e a pagar	120 597,61	225 521,40	0,00	105 112,78
26	Rendimentos	11 667,68	10 627,28	1 040,40	0,00
31	Compras	135 271,91	145 271,91	0,00	0,00
32	Materias-primas, subsistâncias e de consumo	122 558,81	121 887,07	471,74	0,00
41	Investimentos financeiros	7 109,11	375,00	6 734,11	0,00
42	Ativos fixos tangíveis	3 125 512,72	3 600 940,60	734 812,11	0,00
44	Ativos intangíveis	9 871,77	1 671,77	0,00	8 200,00
51	Fundos	0,00	250 651,92	0,00	250 651,92
56	Resultados transitados	0,00	785 373,18	0,00	785 373,18
60	Outras variações nos rendos patrimoniais	3 521,57	121 632,46	0,00	98 112,33
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	121 887,07	0,00	121 887,07	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	261 073,49	196 858,55	164 505,38	0,00
63	Custo e com o Pessoal	743 227,04	617 542,36	652 123,73	0,00
64	Gastos de depreciação e de amortização	57 421,95	0,00	57 421,95	0,00
68	Outras gastos	6 283,79	0,00	6 283,79	0,00
72	Prestações de serviços	13 499,42	11 6 004,89	0,00	1 192 510,45
73	Subsídios, doações e legados a explorar	363 129,62	317 844,39	0,00	47 145,23
78	Outros rendimentos	0,00	61 262,47	0,00	61 262,47
81	Resultado líquido do período	81 003,28	81 103,25	0,00	0,00
	Total	7 710 245,87	7 710 245,87	2 472 199,27	2 472 199,27
	Saldo Geral				

trechos escritos à mão

Dearfuty
 Sérgio Siqueira Pato
 1º Vl de Ma

*S
O
N
A*

SÓBUSTOS

Anexo

Contas 2024



Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação.....	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	17
5	Ativos fixos tangíveis.....	17
6	Ativos intangíveis.....	18
7	Locações.....	19
8	Custos de empréstimos obtidos	19
9	Inventários	19
10	Rendimentos e gastos.....	19
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	20
12	Subsídios e outros apoios das entidade públicas	20
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	20
14	Imposto sobre o Rendimento	21
15	Benefícios dos empregados	21
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	21
17	Outras divulgações.....	21
17.1	Investimentos Financeiros.....	21
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	22
17.3	Clientes e Utentes.....	22
17.4	Outras contas a receber.....	22
17.5	Diferimentos	23
17.6	Outros Ativos Financeiros.....	23
17.7	Caixa e Depósitos Bancários	23
17.8	Fundos Patrimoniais	23
17.9	Fornecedores	23
17.10	Estado e Outros Entes Públicos	24
17.11	Outras Contas a Pagar	24
17.12	Outros Passivos Financeiros	24
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração	24
17.14	Fornecimentos e serviços externos	25



17.15 Outros rendimentos.....	25
17.16 Outros gastos	25
17.17 Resultados Financeiros	26
17.18 Acontecimentos após data de Balanço	26



1 Identificação da Entidade

A Sóbustos, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social com sede na freguesia de Bustos, concelho de Oliveira do Bairro, distrito de Aveiro, constituída por escritura pública de vinte e quatro de Fevereiro de 1986. É uma organização que tem por objetivo apoiar a família, nomeadamente através da proteção na velhice e da proteção na saúde, dar a apoio a pessoas com deficiência grave, nomeadamente na sua integração socioprofissional, defender os interesses comuns populares, promover o seu desenvolvimento sociocultural recreativo e criar atividades de tempos livres.

Neste momento tem ativa a valência de ERPI.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2024 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura

conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas



quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar inicio à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aquelas que forem delineadas pelo órgão da direção.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil,
ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.



As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aquelas que forem delineadas pelo órgão da direção.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.5 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.



As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.6 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerce o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.



3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão directamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas neste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes

também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso vende estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advêm dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado

da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa legal em vigor, sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Existiu alteração ao nível das políticas contabilísticas, no que concerne à alteração de tratamento de valores recebidos da Segurança Social em forma de comparticipação pelas respostas sociais típicas da Instituição, passando a sua contabilização a ser efetuada na conta 72 e não na 75, como era até ao momento.

5 Ativos fixos tangíveis

Bens do domínio público

Não aplicável.

Bens do património histórico, artístico e cultural

Não aplicável.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2024					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências /Depreciações	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	36 582,71					36 582,71
Edifícios e outras construções	1 375 803,73					1 375 803,73
Equipamento básico	471 014,95	350,00				471 364,95

Equipamento de transporte	45 000,48	5 950,00				50 950,48
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	83 702,22	1 088,55				84 790,77
Outros Ativos fixos tangíveis	106 020,08					106 020,08
Total	2 118 124,17	7 388,55	0,00	0,00	0,00	2 125 512,72

Depreciações acumuladas

Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	785 735,75			24 832,40		810 568,15
Equipamento básico	339 053,53			25 096,14		364 149,67
Equipamento de transporte	45 000,48			1 487,50		46 487,98
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	81 226,23			3 036,13		84 262,36
Outros Ativos fixos tangíveis	82 452,67			2 979,78		85 432,45
Total	1 333 468,66	0,00	0,00	57 431,95	0,00	1 390 900,61

Propriedades de Investimento

Não aplicável.

6 Ativos intangíveis**Bens do domínio público**

Não aplicável.

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	7 531,57					7 531,57
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	2 140,20					2 140,20
Total	9 671,77	0,00	0,00	0,00	0,00	9 671,77
Depreciações acumuladas						
Goodwill	7 531,57					7 531,57
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	2 140,20					2 140,20
Total	9 671,77	0,00	0,00	0,00	0,00	9 671,77

7 Locações

Não se aplica.

8 Custos de empréstimos obtidos

Não aplicável.

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2024 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2024		
	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	122 282,28	12 913,25	671,20
Produtos acabados e intermédios		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso		0,00	0,00
Total	122 282,28	0,00	671,20
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			121 887,61
Variações nos inventários da produção			0,00

O valor das regularizações no mapa acima apresentado, prende-se com a imputação de valores de refeições à funcionários da Instituição, pois neste momento o seu subsídio de refeição é em espécie.

10 Rendimentos e gastos

Para os períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2024	2023
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores - mensalidades	792 094,43	668 076,99
Quotas de utilizadores – ISS, IP	303 129,62	0,00
Quotas e joias	0,00	2 064,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00

Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	1 095 224,05	670 140,99

Esta variação na apresentação dos valores afetos às prestações de serviços, está relacionada com o recente esclarecimento por parte da Comissão de Normalização Contabilística, relativamente ao tratamento de subsídios da Segurança Social para respostas sociais típicas. Ou seja, daqui em diante, os valores que recebemos de comparticipação para a nossa única valência (ERPI) passará a ser considerado na conta 72, ao contrário do que acontecia até à data (era contabilizado na 751).

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Não aplicável.

Passivos contingentes

Não aplicável.

Ativos contingentes

Não aplicável.

12 Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2024	2023
Subsídios do Governo		
ISS, IP – Centro Distrital		257 255,06
Outras entidades públicas	4 714,77	4 347,00

O motivo desta discrepância de valores, encontra-se referenciado na nota 10.

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

14 Imposto sobre o Rendimento

A Instituição fica sujeita à taxa de IRC atual em vigor sobre os rendimento auferidos a título de rendas.

15 Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos não usufruem de qualquer tipo de remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2024 foi de 34.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2024	2023
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	525 241,24	473 811,63
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	7 000,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	113 075,98	99 968,83
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	4 359,02	9 831,48
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	2 347,49	4 457,01
Total	652 023,73	588 068,95

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2024	2023
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00

Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	6 730,41	6 730,41
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	6 730,41	6 730,41

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Não aplicável.

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2024 e 2023 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	177 953,58	121 011,29
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	177 953,58	121 011,29

17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2023
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	4 950,24	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	2 582,46	2 582,46
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	414,00
Outras operações	0,00	40,51
Outros Devedores	2 337,36	3 036,97
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	9 869,82	5 327,07

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Gastos a Reconhecer		
	380,40	3 340,88
Total	380,40	3 340,88
Rendimentos a Reconhecer		
		7 286,40
Total	0,00	7 286,40

17.6 Outros Ativos Financeiros

Não aplicável.

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2024	2023
Caixa	7 196,78	8 918,62
Depósitos à ordem	471 206,16	306 106,79
Depósitos a prazo	131 720,50	131 720,50
Outros		
Total	610 123,44	446 745,91

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	350 654,92	0,00	0,00	350 654,92
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	684 369,88	81 003,25	0,00	765 373,13
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	101 636,90	0,00	-3 524,57	98 112,33
Total	1 136 661,70	81 003,25	-3 524,57	1 214 140,38

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Fornecedores c/c	30 186,72	31 028,25
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	30 186,72	31 028,25

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

	Descrição	2024	2023
Ativo			
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00	
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2 597,37	1 425,00	
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00	
Total	2 597,37	1 425,00	
Passivo			
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	872,16	329,19	
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1 279,68	0,00	
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	3 677,12	4 074,90	
Segurança Social	21 912,27	20 132,28	
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00	
Total	27 741,23	24 536,37	

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

	Descrição	2024	
		Não Corrente	Corrente
Pessoal			
Remunerações a pagar			
Cauções			
Outras operações		360,35	
Perdas por imparidade acumuladas		0,00	
Fornecedores de Investimentos			0,00
Credores por acréscimo de gastos		83 470,84	
Outros credores		26 555,74	
Total		0,00	110 386,93

17.12 Outros Passivos Financeiros

Não aplicável.

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2024 e 2023, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

	Descrição	2024	2023
Subsídios do Estado e outros entes públicos	4 714,77	261 602,06	
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00	
Doações e heranças	0,00	0,00	
Legados	0,00	0,00	
Total	4 714,77	261 602,06	

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 10.

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

Descrição	2024	2023
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	78 414,70	43 160,52
Materiais	8 718,18	7 208,24
Energia e fluidos	76 839,73	67 952,77
Deslocações, estadas e transportes	754,19	1 540,10
Serviços diversos	31 785,32	32 943,75
Gastos com ações diversas - eventos	2 993,26	2 433,50
Total	199 505,35	156 123,88

17.15 Outros rendimentos

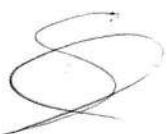
A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Rendimentos Suplementares	4 583,16	268,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	985,99	129,61
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	2 800,00
Outros rendimentos	85 693,32	13 063,49
Total	91 262,47	16 261,10

17.16 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Impostos	120,73	25,10
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,78
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	6 163,06	13 899,08
Total	6 283,79	13 924,96



17.17 Resultados Financeiros

Não aplicável.

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pela Direção.

Bustos, 24 de Março de 2025

O Contabilista Certificado

A Direcção